



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO
CONCURSO PÚBLICO PARA SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS
EDITAL Nº 45, DE 25 DE MARÇO DE 2014.

PROVA ESCRITA PARA O CARGO DE

TÉCNICO EM CONTABILIDADE

- Opção 206 -

INFORMAÇÕES AO CANDIDATO

1. Escreva seu nome e número de CPF, de forma legível, nos locais abaixo indicados.

NOME: _____ Nº. CPF: _____

2. Verifique se o CARGO e o CÓDIGO DE OPÇÃO, colocados acima, são os mesmos constantes da sua FOLHA RESPOSTA. Qualquer divergência, **exija do Fiscal de Sala um caderno de prova cujo CARGO e o CÓDIGO DE OPÇÃO sejam iguais aos constantes da sua FOLHA RESPOSTA.**
3. A FOLHA RESPOSTA deve, obrigatoriamente, ser assinada. Essa FOLHA RESPOSTA **não** poderá ser substituída. Portanto, **não** a rasure nem a amasse.
4. DURAÇÃO DA PROVA: **3 horas**, incluindo o tempo para o preenchimento da FOLHA RESPOSTA.
5. Na prova, há 40 (quarenta) questões, sendo 07 (sete) de Língua Portuguesa, 07 (sete) de Matemática – Raciocínio Lógico Matemático e 26 (vinte e seis) de Conhecimentos Específicos, apresentadas no formato de múltipla escolha, com cinco alternativas, das quais **apenas uma** corresponde à resposta correta.
6. Na FOLHA RESPOSTA, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, por completo, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
7. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
8. Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois, nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
9. Durante a prova, **não** será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, telefone celular etc.), chapéu, boné (ou similares) e óculos escuros.
10. A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida 1 (uma) hora do início da prova. A não observância dessa exigência por parte do candidato acarretará a sua exclusão do concurso.
11. Ao sair da sala, entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com a FOLHA RESPOSTA, ao Fiscal de Sala.
12. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair juntos do recinto, após a aposição em Ata de suas respectivas identificações e assinaturas.

Texto 1

Os que não comem e os que não dormem

Em nenhum outro país, os ricos demonstraram mais ostentação que no Brasil. Apesar disso, os brasileiros ricos são pobres. São pobres porque compram sofisticados automóveis importados, com todos os exagerados equipamentos da modernidade, mas ficam horas engarrafados ao lado dos ônibus de subúrbio. E, às vezes, são assaltados, sequestrados ou mortos nos sinais de trânsito. Presenteiam com belos carros seus filhos, e não voltam a dormir tranquilos enquanto eles não chegam em casa. Pagam fortunas para construir modernas mansões, desenhadas por arquitetos de renome, e são obrigados a escondê-las atrás de muralhas, como se vivessem nos tempos dos castelos medievais, dependendo de guardas que se revezam em turnos.

Os ricos brasileiros usufruem privadamente tudo o que a riqueza lhes oferece, mas vivem encalacrados na pobreza social. Na sexta-feira, saem de noite para jantar em restaurantes tão caros que os ricos da Europa não conseguiriam frequentar, mas perdem o apetite diante da pobreza, que, ali por perto, arregala os olhos pedindo um pouco de pão; ou são obrigados a ir a restaurantes fechados, cercados e protegidos por policiais privados. Quando terminam de comer escondidos, são obrigados a tomar o carro à porta, trazido por um manobrista, sem o prazer de caminhar pela rua, ir a um cinema ou teatro, depois continuar até um bar para conversar sobre o que viram.

Mesmo assim, não é raro que o pobre rico seja assaltado antes de terminar o jantar, ou depois, na estrada, a caminho de casa. Felizmente, isso nem sempre acontece, mas, certamente, a viagem é um susto durante todo o caminho. E, às vezes, o sobressalto continua, mesmo dentro de casa. Os ricos brasileiros são pobres de tanto medo. Por mais riquezas que acumulem no presente, são pobres na falta de segurança para usufruir o patrimônio no futuro. E vivem no susto permanente diante das incertezas em que os filhos crescerão. Os ricos brasileiros continuam pobres de tanto gastar dinheiro apenas para corrigir os desacertos criados pela desigualdade que suas riquezas provocam: insegurança e ineficiência.

No lugar de usufruir tudo aquilo com que gastam, uma parte considerável do dinheiro nada adquire, serve apenas para evitar perdas. Por causa da pobreza ao redor, os brasileiros ricos vivem um paradoxo: para ficar mais ricos, têm de perder dinheiro, gastando cada vez mais apenas para se proteger da realidade hostil e ineficiente.

Quando viajam ao exterior, os ricos sabem que, no hotel onde se hospedarão, serão vistos como assassinos de crianças na Candelária, destruidores da Floresta Amazônica, usurpadores da maior concentração de renda do planeta, portadores de malária, de dengue e de verminoses. São ricos empobrecidos pela vergonha que sentem ao serem vistos pelos olhos estrangeiros.

Na verdade, a maior pobreza dos ricos brasileiros está na incapacidade de verem a riqueza que há nos pobres. Foi essa pobreza de visão que impediu os ricos brasileiros de perceberem, cem anos atrás, a riqueza que havia nos braços dos escravos libertos se lhes fosse dado direito de trabalhar a imensa quantidade de terra ociosa de que o País dispunha. Se tivessem percebido essa riqueza e libertado a terra junto com os escravos, os ricos brasileiros teriam abolido a pobreza que os acompanha ao longo de mais de um século. Se os latifúndios tivessem sido colocados à disposição dos braços dos ex-escravos, a riqueza criada teria chegado aos ricos de hoje, que viveriam em cidades sem o peso da imigração descontrolada e com uma população sem miséria. A pobreza de visão dos ricos impediu também de verem a riqueza que há na cabeça de um povo educado. Ao longo de toda a nossa história, os nossos ricos abandonaram a educação do povo, desviaram os recursos para criar a riqueza que seria só deles e ficaram pobres: contratam

trabalhadores com baixa produtividade, investem em modernos equipamentos e não encontram quem os saiba manejar, vivem rodeados de compatriotas que não sabem ler o mundo ao redor, não sabem mudar o mundo, não sabem construir um novo país que beneficie a todos. Muito mais ricos seriam os ricos se vivessem em uma sociedade onde todos fossem educados.

Para poder usar os seus caros automóveis, os ricos construíram viadutos com dinheiro de colocar água e esgoto nas cidades, achando que, ao comprar água mineral, se protegiam das doenças dos pobres. Esqueceram-se de que precisam desses pobres e não podem contar com eles todos os dias e com toda a saúde, porque eles (os pobres) vivem sem água e sem esgoto. Montam modernos hospitais, mas têm dificuldades em evitar infecções porque os pobres trazem de casa os germes que os contaminam. Com a pobreza de achar que poderiam ficar ricos sozinhos, construíram um país doente e vivem no meio da doença.

Há um grave quadro de pobreza entre os ricos brasileiros. E essa pobreza é tão grave que a maior parte deles não percebe. Por isso, a pobreza de espírito tem sido o maior inspirador das decisões governamentais das pobres ricas elites brasileiras. Se percebessem a riqueza potencial que há nos braços e nos cérebros dos pobres, os ricos brasileiros poderiam reorientar o modelo de desenvolvimento em direção aos interesses de nossas massas populares. Liberariam a terra para os trabalhadores rurais, realizariam um programa de construção de casas e implantação de redes de água e esgoto, contratariam centenas de milhares de professores e colocariam o povo para produzir para o próprio povo.

Essa seria uma decisão que enriqueceria o Brasil inteiro – os pobres que sairiam da pobreza e os ricos que sairiam da vergonha, da insegurança e da insensatez. Mas isso é esperar demais. Os ricos são tão pobres que não percebem a triste pobreza em que usufruem suas malditas riquezas.

(BUARQUE, Cristovam. Os que não comem e os que não dormem. *O Globo*, 12/03/2001.)

1. Em relação à ideia defendida pelo autor, é **CORRETO** afirmar que
 - a) a pobreza dos ricos brasileiros é causada pela falta de acesso à educação de qualidade, o que contribui para a incapacidade de lerem criticamente a realidade e – a partir disso – construir um país mais igualitário.
 - b) ele assemelha os ricos aos pobres, especialmente, pelo fato de aqueles não disporem de locais próprios por onde transitar, sendo – portanto – obrigados a trafegar com seus carros de luxo ao lado de ônibus do subúrbio.
 - c) ele compara os ricos aos pobres brasileiros porque aqueles, apesar de terem dinheiro, possuem praticamente o mesmo nível cultural destes.
 - d) a pobreza dos ricos brasileiros é gerada, principalmente, pela necessidade de investimentos em segurança privada, a fim de resguardarem seu patrimônio.
 - e) a pobreza dos ricos brasileiros consiste na incapacidade de perceberem que a desigual distribuição de renda, além de não contribuir para o progresso da nação, os priva de usufruírem livremente a riqueza que acumulam.

2. No trecho “[...] usurpadores da maior concentração de renda do planeta [...]” (5º parágrafo, linhas 2 e 3), o termo sublinhado pode ser substituído, conservando-se o sentido que o autor atribui a ele, por
 - a) exploradores.
 - b) ameaçadores.
 - c) detentores.
 - d) proprietários.
 - e) investigadores.

3. Assinale a alternativa que corresponde, respectivamente, aos valores semânticos das conjunções destacadas nos trechos abaixo.
- I. “Pagam fortunas para construir modernas mansões, desenhadas por arquitetos de renome, e são obrigados a escondê-las atrás de muralhas [...]”.
 - II. “Muito mais ricos seriam os ricos se vivessem em uma sociedade onde todos fossem educados”.
 - III. “Os ricos brasileiros usufruem privadamente tudo o que a riqueza lhes oferece, mas vivem enclacrados na pobreza social”.
- a) adversativo, consecutivo, condicional.
 - b) conclusivo, causal, consecutivo.
 - c) aditivo, condicional, adversativo.
 - d) adversativo, condicional, adversativo.
 - e) aditivo, causal, adversativo.
4. No fragmento “Mesmo assim, não é raro que o **pobre rico** seja assaltado antes de terminar o jantar, ou depois, na estrada a caminho de casa”, o trecho grifado permite pensar que
- a) o texto não faz distinção entre pobres e ricos, já que ambos podem ser assaltados.
 - b) o autor põe em situação de igualdade as duas classes que vai comparar no decorrer do texto.
 - c) o autor reafirma sua crítica à condição diante da qual se dá a riqueza no Brasil.
 - d) o autor tece uma ironia em relação ao pobre.
 - e) a aproximação entre pobre e rico é indevida, gerando uma espécie de estranhamento ao leitor.
5. No excerto “Montam modernos hospitais, mas têm dificuldades em evitar infecções porque os pobres trazem de casa os germes que **os** contaminam” (7º parágrafo, linhas 4 a 6), o vocábulo grifado retoma o(s) termo(s)
- a) pobres.
 - b) ricos.
 - c) modernos hospitais.
 - d) hospitais / pobres.
 - e) ricos / pobres.
6. Na oração “**Há** um grave quadro de pobreza entre os ricos brasileiros.” (8º parágrafo, linha 1), o verbo haver não se flexiona porque é impessoal. Assinale a alternativa na qual o referido verbo é pessoal e, portanto, poderia ser flexionado sem que houvesse desvio da variedade culta escrita.
- a) Ele não visitava a família havia doze anos.
 - b) Sua mãe falou que tem fé e que Caetano há de conseguir a aprovação.
 - c) Naquele ano, não houve projetos melhores que os da área de química.
 - d) Não houve mais casos de morte nas redondezas.
 - e) Se não houvesse tantos estudantes em uma sala tão apertada, as aulas seriam mais proveitosas.

Texto 2



Disponível em: <<http://arquivos.tribunadonorte.com.br/fotos/132595.jpg>> Acesso em 21/02/14

7. O verbo assistir, além do sentido e da regência em que está empregado no Texto 2, apresenta outras possibilidades de uso. Acerca desse verbo, afirma-se:
- No sentido de ver, presenciar, não admite a voz passiva.
 - Admite a voz passiva no sentido de prestar socorro, dar assistência.
 - É transitivo indireto no sentido de ver, presenciar.
 - Exige a preposição “a” no sentido de morar, residir.
 - É transitivo direto no sentido de ser responsável de, caber, competir.

Está **CORRETO** o que se afirmou em

- I, II e III.
- I, III e IV.
- III e V.
- I e IV.
- II, III e IV.

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

8. Na parede de uma mercearia, há uma placa com os seguintes dizeres:

“5 kg de farinha valem 2 rolos de barbante, e 15 rolos de barbante valem R\$ 21,00.”

Considerando os dados que constam na placa, quanto pagou uma pessoa que comprou 1 kg de farinha e 1 rolo de barbante nessa mercearia?

- R\$ 2,12
- R\$ 1,96
- R\$ 0,98
- R\$ 3,06
- R\$ 0,56

9. Em uma pista circular, três ciclistas correm no mesmo sentido, largando do mesmo lugar, no mesmo instante. O primeiro demora 10 segundos para dar uma volta, o segundo demora 11 segundos, e o terceiro, 12 segundos. Após quantos minutos os três ciclistas irão passar juntos pelo local da largada, pela primeira vez?
- a) 20
 - b) 10
 - c) 12
 - d) 22
 - e) 11
10. Um trem viaja de uma cidade A para uma cidade D, fazendo paradas apenas nas cidades B e C, antes de chegar a D. Certo dia, esse trem partiu da cidade A com um total de N passageiros, fez sua parada habitual na cidade B, onde desceram $\frac{4}{5}$ dos seus passageiros. Em seguida, subiram 120 novos viajantes, e o trem seguiu viagem. Na cidade C, desceram $\frac{3}{4}$ dos passageiros presentes, em seguida, subiram 100 novos passageiros, e novamente o trem seguiu viagem. Ao chegar a D, desceram todos os 145 passageiros presentes, ficando o trem com nenhum passageiro. Qual o valor de N?
- a) 300
 - b) 420
 - c) 240
 - d) 450
 - e) 360
11. Em uma gaveta, há 6 folhas de papel na cor vermelha, 5 folhas na cor amarela e 4 na cor branca, todas idênticas com relação a outras características, de modo que, no escuro, não se pode distinguir uma da outra. Se o ambiente em que a gaveta se encontra está totalmente escuro, quantas folhas uma pessoa deve retirar da gaveta, no mínimo, para ter certeza de que retirou, pelo menos, uma folha de papel de cada cor?
- a) 10
 - b) 13
 - c) 11
 - d) 12
 - e) 4
12. Dois amigos, Zex e Zux, possuem, cada um, um certo número de figurinhas. Certo dia, numa brincadeira, Zex deu para Zux uma quantidade de figurinhas igual ao dobro do número de figurinhas que Zux já tinha. Em seguida, Zux deu para Zex uma quantidade de figurinhas igual ao triplo da quantidade de figurinhas com que Zex estava. Desse modo, cada um deles ficou com 48 figurinhas no final. Quantas figurinhas Zex tinha a mais do que Zux, no início da brincadeira?
- a) 20
 - b) 36
 - c) 50
 - d) 30
 - e) 40

13. Um cereal é transportado em um caminhão em sacas de 45 kg. Se a capacidade do caminhão é de 4000 kg, quantas viagens são necessárias para se transportarem 5500 sacas?
- a) 60
 - b) 61
 - c) 63
 - d) 62
 - e) 59
14. Qual o algarismo que ocupa a milésima sexta casa decimal na dízima periódica 0,123454321234543212345432...?
- a) 3
 - b) 1
 - c) 2
 - d) 4
 - e) 5

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

15. A empresa controla seus estoques de forma permanente, com avaliação contábil pelo critério UEPS e, no mês de abril, teve a seguinte movimentação com mercadorias isentas de tributação e negociadas à vista:
- I. estoque inicial de 35 unidades custando R\$ 10,00 cada;
 - II. entrada de 30 unidades custando R\$ 15,00 cada;
 - III. venda de 40 unidades custando R\$ 20,00 cada;
 - IV. entrada de 25 unidades custando R\$ 18,00 cada;
 - V. por último, saída de 20 unidades custando R\$ 20,00 cada.
- Com base nas informações acima, no fim do período de um mês, ao ser computado o estoque, é **CORRETO** afirmar que seu valor contábil é avaliado em:
- a) R\$ 300,00.
 - b) R\$ 340,00.
 - c) R\$ 454,80.
 - d) R\$ 500,00.
 - e) R\$ 525,00.
16. Em relação a investimentos permanentes e temporários, é **CORRETO** afirmar que
- a) os temporários são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.
 - b) os permanentes podem ser avaliados pelo custo de aquisição ou pelo método da equivalência patrimonial, dependendo de sua natureza.
 - c) é exemplo de um investimento temporário a aquisição de participação societária numa empresa que será controlada pela investidora.
 - d) todos os permanentes são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para adequá-los ao valor de mercado.
 - e) os permanentes não podem ser alienados pela pessoa jurídica investidora, salvo em caso de operações de fusão, incorporação ou cisão.

17. Assinale abaixo a opção que expressa uma afirmação **VERDADEIRA** a respeito de princípios contábeis.
- a) A observância do Princípio da Continuidade não influencia a aplicação do Princípio da Competência, pois o valor econômico dos ativos e dos passivos já contabilizados não se altera em função do tempo.
 - b) O Princípio da Entidade reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, exceto no caso de sociedade ou instituição cujo patrimônio pode confundir-se com o dos sócios ou proprietários.
 - c) A observância dos Princípios Fundamentais de Contabilidade é obrigatória no exercício da profissão, mas não constitui condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade.
 - d) A apropriação antecipada das prováveis perdas futuras, antes conhecida como Convenção do Conservadorismo, hoje é determinada pelo Princípio da Competência.
 - e) A observância do Princípio da Oportunidade implica que o registro deve ensejar o reconhecimento universal das variações ocorridas no patrimônio da Entidade em um período de tempo determinado.
18. De acordo com os princípios fundamentais de Contabilidade adotados pelo Conselho Federal de Contabilidade,
- a) o registro pelo valor original pressupõe que o valor de realização da transação configura o valor econômico dos ativos no momento da sua ocorrência.
 - b) a doação, por ser recebida sem custo para a empresa donatária, pode ser registrada por valor simbólico, dispensados controles contábeis.
 - c) o custo histórico, pela sua objetividade, preserva o valor original, e, portanto, os valores intrínsecos dos bens, direitos e obrigações integrados ao patrimônio.
 - d) a utilização de indexadores específicos para cada tipo de empresa, em época de inflação elevada, é o meio adequado para assegurar a comparabilidade entre as diversas empresas.
 - e) com a desindexação da economia, tornou-se inaplicável a atualização monetária dos valores contábeis, em virtude de não mais haver alteração do poder aquisitivo da moeda nacional.
19. O reconhecimento de um imposto retido do funcionário em folha de pagamento deve
- a) ser debitado no ativo para reconhecer o direito do funcionário contra a empresa.
 - b) ser considerado como despesa no resultado da empresa.
 - c) ser creditado no passivo para efetuar o recolhimento da obrigação do empregado.
 - d) ser creditado em conta de resultado para evidenciar a recuperação dos valores dos empregados.
 - e) ser controlado extra contabilidade, por não ser obrigação da empresa.
20. Os aumentos ou diminuições dos valores atribuídos a itens do ativo ou do passivo, consequentes da avaliação a valor justo, ainda não atribuída ao resultado do exercício pelo regime de competência, devem-se classificar como
- a) Adiantamento de clientes.
 - b) Receitas a apropriar.
 - c) Resultado de Exercícios Futuros.
 - d) Ajustes de Avaliação Patrimonial.
 - e) Reserva de capital.

21. Em relação aos elementos das demonstrações contábeis, assinale a alternativa **INCORRETA**.
- a) O objeto e o campo de aplicação da contabilidade são, respectivamente, o patrimônio e a azienda.
 - b) A situação de passivo a descoberto ocorre quando o valor do passivo exigível da sociedade é superior ao montante dos bens e direitos que compõe o seu ativo.
 - c) No balanço patrimonial da companhia, os investimentos em coligadas ou em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum serão avaliados pelo método da equivalência patrimonial.
 - d) A diferença entre o valor total do ativo circulante e o valor total do passivo circulante de uma entidade representará o montante do capital circulante líquido.
 - e) No balanço patrimonial, as contas do ativo são classificadas em ordem crescente do grau de liquidez, enquanto as contas do passivo são classificadas em ordem crescente do grau de exigibilidade.
22. A empresa Aquisições S.A. comprou 100 ônibus à vista, para substituição de sua frota. Esse evento contábil representa um fato
- a) modificativo entre elementos do Ativo e do Passivo.
 - b) permutativo entre elementos do Ativo.
 - c) permutativo entre elementos do Passivo.
 - d) modificativo no Passivo Não-Circulante.
 - e) misto diminutivo no Ativo e no Passivo.
23. É classificada como receita de capital aquela proveniente de
- a) juros de empréstimos efetuados pelo ente público à empresa estatal dependente.
 - b) venda de produtos agropecuários oriundos de propriedades rurais do ente público.
 - c) alienação de bens móveis de propriedade do ente público.
 - d) foros e laudêmios cobrados pelo Poder Público.
 - e) locação de bens imóveis de propriedade do ente público.
24. O princípio orçamentário que proíbe a vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas as exceções previstas na Constituição, é denominado princípio da
- a) Especificação.
 - b) Universalidade.
 - c) Unidade.
 - d) Exclusividade.
 - e) Não-afetação.
25. O SIAFI utiliza a tabela de eventos, na qual o gestor informa um código e, a partir desse ponto, os lançamentos contábeis são gerados pelo referido sistema. Um evento que gera, concomitantemente, lançamentos contábeis no sistema orçamentário, financeiro e patrimonial corresponde à
- a) previsão da receita tributária.
 - b) liquidação da despesa com pessoal.
 - c) arrecadação de impostos.
 - d) alienação de bens móveis.
 - e) baixa de veículos por sinistro.

26. A análise do balanço orçamentário de um ente público permitiu concluir que, no exercício, houve
- a) superávit orçamentário, quando se comparou a Despesa Realizada de R\$ 526.750,00 à Receita Arrecadada de R\$ 527.260,00.
 - b) déficit orçamentário, quando se comparou a Despesa Fixada de R\$ 528.200,00 à Despesa Realizada de R\$ 526.750,00.
 - c) insuficiência de arrecadação, quando se comparou a Despesa Fixada de R\$ 528.200,00 à Receita Arrecadada de R\$ 527.260,00.
 - d) economia de despesa, quando se comparou a Despesa Fixada de R\$ 528.200,00 à Receita Prevista de R\$ 529.400,00.
 - e) economia orçamentária, quando se comparou a Receita Prevista de R\$ 529.400,00 à Receita Arrecadada de R\$ 527.600,00.
27. O Art. 165 da Constituição Federal de 1988 estabelece os três instrumentos de planejamento e orçamento das ações governamentais: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Sobre as disposições constitucionais e aquelas contidas na Lei Complementar nº 101/2000 relativas à Lei Orçamentária Anual (LOA), é **CORRETO** afirmar que
- a) a lei não conterà dispositivo estranho da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e especiais .
 - b) o projeto de lei orçamentária poderá consignar dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no PPA ou em lei que autorize a sua inclusão.
 - c) o projeto de lei orçamentária anual conterà reserva de contingência, cuja forma de utilização e o montante, definidos com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na LDO.
 - d) o orçamento da seguridade social compreende todas as despesas com as funções: saúde, assistência social, previdência e educação.
 - e) o orçamento de investimentos das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto abrange todas as receitas e despesas de tais empresas.
28. Sobre a despesa pública e seu processamento, assinale a alternativa **CORRETA**.
- a) Não será permitido o empenho por estimativa, quando o montante da despesa não se possa determinar.
 - b) É permitida a realização de despesa sem prévio empenho e, em casos especiais, justificados pela autoridade competente, será dispensada a emissão da nota de empenho.
 - c) O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
 - d) Não é permitido o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.
 - e) Para cada empenho será extraído um documento denominado “autorização de empenho” que indicará o nome do devedor, a representação e a importância da despesa.

29. A análise do Balanço Patrimonial e da Demonstração das Variações Patrimoniais das entidades governamentais de administração direta pressupõe o conhecimento dos procedimentos contábeis adotados em relação aos bens públicos. Sobre esse assunto, analise as afirmações abaixo:

- I. As despesas com construção de bens de uso comum do povo não provocam mutação patrimonial, uma vez que tais bens não são registrados como ativo permanente.
- II. A alienação de um bem móvel, registrado como ativo permanente, provoca uma mutação patrimonial passiva resultante da execução orçamentária.
- III. O registro da depreciação dos bens móveis e imóveis componentes do ativo permanente segue as mesmas regras adotadas pelas entidades privadas.
- IV. Os bens de almoxarifado são avaliados pelo preço médio ponderado das compras ou pelo valor de reposição de tais bens, dos dois o menor.

Está **CORRETO** apenas o que se afirma em

- a) I e III.
- b) I e II.
- c) I, II e IV.
- d) II e III.
- e) III e IV.

30. É **CORRETO** afirmar que regime de Caixa é uma

- a) modalidade contábil que considera os fatos contábeis ocorridos durante o exercício para fins de apuração dos resultados do mesmo.
- b) modalidade contábil que considera para a apuração do resultado do exercício apenas os recebimentos ocorridos efetivamente no exercício.
- c) modalidade contábil que considera para a apuração do resultado do exercício apenas os pagamentos ocorridos efetivamente no exercício.
- d) modalidade contábil que considera, para a apuração do resultado do exercício, os pagamentos e recebimentos ocorridos efetivamente no exercício.
- e) norma contábil pela qual os ingressos públicos e os custos são atribuídos ao exercício a que pertencem, embora recebidos e pagos em outros exercícios.

31. A retenção das contribuições previdenciárias, valores descontados da folha de pagamentos dos servidores públicos, corresponde a uma

- a) receita orçamentária de contribuições.
- b) despesa extra-orçamentárias.
- c) receita extra-orçamentária.
- d) receita orçamentária tributária.
- e) despesa orçamentária de transferências a instituições privadas.

32. Para cobertura de despesas urgentes e imprevistas decorrentes de guerra deverão ser abertos créditos

- a) orçamentários ordinários.
- b) adicionais extraordinários.
- c) adicionais extra-orçamentários.
- d) compulsórios.
- e) especiais.

33. Constituem créditos adicionais especiais aqueles destinados
- a) a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
 - b) exclusivamente ao pagamento da dívida pública interna.
 - c) a despesas urgentes e imprevistas.
 - d) a despesas de custeio com pessoal insuficientemente cobertas no orçamento.
 - e) a reforço de dotação orçamentária.
34. Acerca do suprimento de fundos, de acordo com os termos do Decreto n.º 93.872/86, é **INCORRETO** afirmar que
- a) é contabilizado à responsabilidade do ordenador da despesa.
 - b) pode ser concedido para a realização de despesas de caráter sigiloso.
 - c) sua restituição após o encerramento do exercício constitui receita orçamentária.
 - d) é utilizado para atender situações que exijam pronto pagamento em espécie.
 - e) só pode ser concedido a responsável por no máximo um suprimento.
35. Após o cancelamento da inscrição da despesa inscrita em restos a pagar, o pagamento que vier a ser reclamado poderá ser atendido à conta de dotação destinada a
- a) obrigações de exercícios anteriores.
 - b) despesas vinculadas a restos a pagar.
 - c) despesas extra-orçamentárias.
 - d) depósitos de diversas origens.
 - e) despesas de exercícios anteriores.
36. Assinale a alternativa que constitui **EXCEÇÃO** ao regime financeiro de caixa da receita orçamentária, em interpretação literal das disposições atinentes contidas na Lei n.º 4.320/64.
- a) Estorno da receita orçamentária e inscrição de restituição de tributos a pagar relativa a imposto arrecadado no exercício.
 - b) Recebimento de dívida ativa de exercícios anteriores.
 - c) Baixa de restos a pagar como receita orçamentária por cancelamento do empenho assim inscrito.
 - d) Apropriação como receita orçamentária pela conversão de depósito recebido no exercício.
 - e) Inscrição da dívida ativa.
37. Em relação ao Balanço Financeiro, é **CORRETO** afirmar que
- a) os valores das receitas e das despesas orçamentárias são aqueles apresentados na proposta orçamentária do período.
 - b) os valores inscritos em restos a pagar são considerados receitas extra-orçamentárias e representam entradas efetivas de dinheiro no caixa.
 - c) o resultado financeiro é positivo quando a diferença entre receitas e despesas extra-orçamentárias for positiva.
 - d) a diferença entre receitas e despesas orçamentárias representa o impacto na situação financeira decorrente da execução do orçamento.
 - e) o pagamento de serviços da dívida, inscrito em exercícios anteriores, provoca uma redução nas disponibilidades resultante da execução do orçamento.

38. Na classificação funcional da despesa, a categoria denominada projeto está relacionada
- a) às despesas que não contribuem para a manutenção do aparato estatal, tampouco para a geração de um novo produto governamental.
 - b) às ações que se realizam de modo contínuo e permanente, voltadas à operação normal da máquina pública.
 - c) às obras e serviços de engenharia, divididos nas categorias básico e executivo.
 - d) às operações limitadas no tempo, que resultam em produto voltado à expansão ou ao aperfeiçoamento da ação de governo.
 - e) ao maior nível de agregação das diversas áreas de atuação governamental.
39. Constituem receitas públicas derivadas:
- a) bens vacantes e reparações de guerra.
 - b) penalidades pecuniárias e doações.
 - c) penalidades pecuniárias e tributos.
 - d) tributos e preços públicos.
 - e) preços públicos e doações.
40. Assinale a opção **CORRETA** referente à aplicação dos princípios orçamentários.
- a) A existência da conta única encontra respaldo no princípio da unidade de caixa.
 - b) Em consonância como o princípio do orçamento bruto, as transferências no âmbito interno de cada esfera da Administração se anulam.
 - c) De acordo com o princípio da unidade, os orçamentos das três esferas da Administração deveriam ser unificados em um orçamento nacional.
 - d) A destinação dos recursos das taxas para o custeio de serviços específicos contraria o princípio da não-afetação de receitas.
 - e) A adoção do princípio da exclusividade condiciona a criação ou aumento de impostos a sua inclusão no orçamento.

